

## O ESPAÇO URBANO E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: UMA ANÁLISE DA CIDADE DE CHAPECÓ (SC)

**Daiane Pavan  
Graciela Novakowski Heckler  
Bernardete Bregolin Cerutti**

### RESUMO

A produção do espaço é influenciada por diversos fatores sendo fruto da sua história, somados a reflexos da globalização. Este trabalho tem como objetivo discutir o espaço urbano e a evolução do processo de segregação socioespacial na cidade de Chapecó (SC). A descrição tem como base os condicionantes históricos, a evolução populacional com base em dados censitários, além da contextualização bibliográfica das temáticas inerentes a segregação socioespacial; cidade; urbanização e o desenvolvimento regional. Os resultados denotam que o espaço urbano de Chapecó é produto espacial e social da sua história, que inicia pela expropriação do povo indígena, segue pela dominação dos coronéis, formada pela atuação dos agentes do capital, por meio das agroindústrias e agentes imobiliários e recentemente pela aplicação das políticas públicas habitacionais sem considerar as características do território.

**Palavras-chaves:** Segregação Socioespacial. Urbanização. Justiça Social.

### 1 INTRODUÇÃO

A reflexão sobre o desenvolvimento perpassa pela compreensão dos processos de construção do espaço, do planejamento urbano, da cidade, da urbanização e do desenvolvimento regional, uma vez que os territórios são reflexos da construção social histórica.

O desenvolvimento, conforme Souza (2005, p.100) é “um processo de mudança para melhor, um processo incessante de busca de mais justiça social e melhor qualidade de vida para o maior número de pessoas”, sendo que este depende das estratégias e decisões definidas pelos atores que considerem o contexto global e local. Estes atores influenciam na produção socioespacial do território. Esse estudo tem como objetivo discutir o espaço urbano e a evolução do processo de segregação socioespacial na cidade de Chapecó (SC).



A cidade possui uma constituição histórica baseada na agricultura e na instalação de agroindústrias que atraíram migrantes para a cidade e outros segmentos econômicos, pela geração de emprego, renda e o acesso a recursos como saúde e educação.

Para embasar a discussão, a construção do ensaio estrutura-se com a conceituação de segregação social, justiça socioespacial, assim o contexto histórico de ocupação do território Chapecoense. A discussão está pautada na dinâmica socioespacial local sob a perceptiva teórica da segregação socioespacial e da justiça social, considerando o direito ao uso do espaço de maneira igualitária.

## **2 DESENVOLVIMENTO URBANO: CIDADE E O URBANO**

A contextualização do desenvolvimento urbano de um território tem como base a compreensão conceitual de cidade e de urbanização, uma vez que estes são elementos compõe a constituição social, econômica e ambiental de um território.

Inicialmente, discute-se a conceituação de cidade. Para tanto, torna-se importante ressaltar que segundo Lencione (2008, p.110), “ todo conceito serve para se compreender a essência dos objetos, dos fenômenos, das leis e, nesse sentido se constitui num instrumento de conhecimento e pesquisa”, sendo este com exercício sob a perspectiva de uma dada realidade, de um objetivo real, neste caso a cidade e o urbano.

Para Lencione (2008), a conceituação apresenta-se como uma forma de refletir os objetivos em estudo, sendo estes objetivos ou substantivos pois partem de uma perspectiva de mundo do pesquisador o qual está sob influência de sua formação e história. No caso da palavra cidade, pode-se empregar diversos contextos como aglomeração humana em uma área geográfica, com moradias, cultura e relevância econômica, como organização, desordem e divisão socioespacial, ou seja, os sentidos são amplos e múltiplos, em uma abordagem substantiva (LENCIONE, 2008). Desta forma, o conceito de cidade apresenta-se amplo sendo estabelecida de acordo com a perspectiva em que e por que está sendo empregada.

Lencione (2008) ressalta alguns elementos da essência do conteúdo do conceito de cidade como: aglomeração de habitações, sedentarismo relacionado ao povoamento, mercado e as formas de troca e administração pública na gestão dos recursos e organização legal. No Brasil, em 02 de março de 1938, institui-se o decreto nº 311, define no “Art. 3º A sede do município tem a categoria de cidade e lhe dá o nome”, isto independentemente do tamanho territorial ou populacional (BRASIL, 1938). Desta maneira, destaca-se que o



conceito de cidade é amplo e dinâmico, sendo alterado de acordo com sua temporalidade e condições ambientais, constituído como uma área urbanizada, com aglomeração de populações sendo estes atores responsáveis pela dinamicidade da mesma enquanto atividades sociais, econômicas e ambientais.

O conceito de urbano amplia a ideia de concentração populacional empregado à cidade, tendo relação direta com a sociedade capitalista industrial, conforme Lencione (2008, p.121) “como sendo aquela sociedade cujo fundamento da reprodução ampliada do capital se encontra na atividade industrial”. O urbano é aquele constituído por gerações no espaço urbano, relacionado a urbanização, o qual é produto social e histórico, transformando a paisagem urbana, as formas de consumir, sentir e pensar a vida cotidiano da cidade (LENCIONE, 2008).

Para contextualizar o desenvolvimento regional torna-se preciso considerar fatores como a colonização, recursos materiais e humanos possuem influência na conjuntura espacial, social, econômica e ambiental, para tanto quando se trata de desenvolvimento urbano não se pode comparar países com processo de colonização distintas (SOUZA, 2005).

No modelo capitalista, destaca-se historicamente a ideologia de “desenvolver-se” a qualquer custo, indiferente das consequências ambientais ou sociais, priorizando o progresso voltado a elite. Assim na época o desenvolvimento urbano tinha conforme Souza (2005, p. 96) “na sua essência, uma combinação de duas coisas: crescimento econômico e modernização tecnológica”. O crescimento estritamente voltado ao econômico e a modernização tecnológica, imperou no Brasil até a década de 1950, sem considerar aspectos espaciais, como a alocação da população de forma organizada e por consequência a falta de infraestrutura urbana (SOUZA, 2005).

A gestão voltada somente ao econômico, gerou aglomerações urbanas, com condições sub-humanas de sobrevivência, invasão do espaço ambiental sem fiscalização ou auxílio para tratamento de efluentes, tornando em curto prazo além de um problema espacial, também ambiental e social devido ao desemprego, violência e criminalidade.

A partir de 1970, observa-se que somente indicadores econômicos são insuficientes para a compreensão do desenvolvimento urbano, assim incorpora-se aos estudos a organização espacial por meio do desenvolvimento sócio espacial (SOUZA, 2005). Para Souza (2005, p. 97) “é preciso reconhecer que também o sistema político, os valores e padrões culturais e, deve-se acrescentar, a organização espacial, devem ser adequadamente



considerados”, uma vez que o conjunto influencia no nível de bem-estar e na justiça social da sociedade.

A consideração da visão social ao desenvolvimento faz com que o socioespacial seja percebido nas totalidades sociais em suas várias dimensões: econômicas, políticas, ambiental e cultural e uma organização espacial organizada de forma sustentável para o maior número de pessoas possível.

O desenvolvimento urbano deve ser direcionado para a cidade, visando a melhoria da qualidade de vida daqueles que habitam aquele espaço, mediante a justiça social, o acesso igualitário ao espaço e ao equilíbrio dos ecossistemas econômico, social, ambiental, patrimônio histórico e a modernização. Teoricamente, este seria o caminho para um desenvolvimento sustentável, porém na prática as ações são outras refletindo em segregação socioespacial e injustiça social.

### **3 JUSTIÇA ESPACIAL E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL**

O uso do espaço urbano apresenta-se como produto social complexo e histórico de formação, capaz de estabelecer as relações entre os agentes, determinar as condições de vida, cultura e organização independentes.

A organização espacial enquanto temática de estudo deve considerar os inúmeros problemas de ordem social econômica, política e ideológica. A produção do espaço para Corrêa (2011, p.03) “é consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradição e geradores de conflitos ente eles e com outros segmentos da sociedade”. Para tanto, ressalta-se os marcos legais que regulam a atuação destes agentes nos espaços na temporalidade e na formação da sociedade capitalista. O marco legal não se apresenta totalmente neutro, pois é reflexo dos interesses dos atores que fazem parte dele, sua força de luta, articulação e mobilização múltipla e variada.

A atuação dos agentes pode ocorrer de forma individual ou em redes de relacionamento, mediante a articulação dos interesses dos agentes, a exemplo dos interesses imobiliários, proprietários fundiários, na apropriação e comercialização dos espaços urbanos. As redes também podem integrar relações entre o Estados e os grupos sociais excluídos em um ambiente de poder e alianças políticas que transformam o espaço urbano em uma arena de interesses que influenciam nas questões legais como os planos diretores mas também na



realocação populacional em função dos interesses comerciais de corporações (FURINI, 2013). Ressalta-se neste contexto, a importância dos grupos sociais excluídos como contraponto aos interesses individuais capitalistas no espaço urbano pela transformação do espaço com os anseios dos sujeitos a margem do processo.

O modelo capitalista é um exemplo disso se observado as desigualdades sociais que geram pobreza, violência, degradação ambiental e social, exclusão, desemprego, falta de moradia, favelização, periferização, segregação, insuficiência de transporte adequado, entre outros. Para Alvarez (2017), após a Revolução Industrial, surge um espaço desigual, norteado pelas grandes corporações, tendo a urbanização e a centralidade como características dominantes para o desenvolvimento.

Após a Segunda Guerra Mundial, as corporações globais multifuncionais e multilocalizadas tiveram papel decisivo na concentração do capital, uma vez que atuaram na (re) produção e na transformação do espaço (CORRÊA, 2011). A partir da segunda metade do século XX, o capitalismo mundializado na sociedade urbana em escala planetária, faz com que as reproduções das relações de produção extrapolem os bens materiais e adentrem a outros segmentos da vida como o lazer, turismo, cultura e as relações familiares, amigos e sociedade, ou seja o tempo do não trabalho virou o tempo do consumo e do lazer vinculado ao consumo (ALVAREZ, 2017). Neste sentido, a globalização atual apresenta-se de forma perversa, que conforme destaca Santos (2000, p.19) existe “um verdadeiro retrocesso quanto à noção de bem público e de solidariedade, do qual é emblemático o encolhimento das funções sociais e políticas do Estado”, por consequência a ampliação da pobreza, violência e soberania, tanto como o papel político das empresas na regulação da vida social.

Nas décadas seguintes a expansão do capital seguiu até que a partir de 2008 o mundo mergulha em crises econômicas que por consequência refletem em crises sociais e ambientais, gerando o crescimento da precariedade das condições de vida, violência e a reflexão quanto ao direito de uso do espaço urbano e da justiça espacial por todos (ALVAREZ, 2017).

Para Soja (2010), a justiça espacial não deve limitar-se a questões de espacialidade, mas como a garantia do direito a cidade a todos, independentemente de classe social, credo ou gênero, sendo em uma perceptiva dialética condicionada ao espaço social e a vida.

Nesta concepção, destaca-se o direito ao uso de espaço urbano por todos está associada as lutas e reivindicações quanto ao espaço pelos grupos que integram a sociedade, como uma ação política dos movimentos e do Estado sobre uma determinada área



ou cidade que levem a reduzir a desigualdade socioespacial; proposição de políticas com base em diagnósticos do espaço para identificar as diferentes dimensões das desigualdades (SOJA, 2010).

A justiça socioespacial apresenta-se como um produto social e político, ou seja, a inter-relação entre o social e espacial, sendo esta mais ou menos justa. A desigualdade socioespacial pode ser vista de diversas formas, com o acesso a equipamentos de saúde, educação, saneamento básico, e distribuição orçamentária de maneira igualitária no espaço urbano. Quando o direito ao uso do espaço urbano e a justiça espacial ficam em segundo plano, acontece a segregação socioespacial sendo um acontecimento tipicamente capitalismo, no qual pode ser definida, segundo Castells (2000, p. 250), como “[...] uma tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e de forte disparidade social entre elas, entendendo-se essa disparidade não só em termos de diferença como também de hierarquia”. As cidades capitalistas são locais onde ocorrem processo sociais e econômicos, como a acumulação do capital e segregação social e a reprodução social.

A segregação pode acontecer de diversas formas, seja por etnias, nacionalidades e por classes sociais sendo está predominante no Brasil. Para Villaça (2000), a segregação pode ser voluntária\autossegregação ou involuntária\forçada. Na segregação voluntária\autossegregação o indivíduo ou um grupo buscam localizar-se próximos a outras pessoas de sua classe, a exemplo os condomínios fechados. Na segregação involuntária\forçada quando algumas classes sociais são isoladas em espaços distantes dos centros urbanos, formando uma periferia empobrecida e as favelas.

As formas de segregação dilaceram o processo de justiça espacial pois privam o direito do uso do espaço urbano por todos, bem como o acesso as condições de vida e oportunidades em sua plenitude por todos, aos espaços de maneira indiscriminada. Para Singer (1982), o espaço urbano é um local de conflitos de interesses, no qual o Estado representado pelas autarquias federal, estadual e municipal possui múltiplos papéis, seja pela mediação ou regulação dos conflitos entre os interesses dos agentes que agem sobre o espaço.

O Estado além de prover os serviços básicos a população como saúde, educação, moradia também atende aos interesses corporativos mediante a garantia de infraestrutura da cidade e as vezes isenções fiscais (SINGER, 1982). Para Alvarez (2017), o Estado possui dificuldades em definir políticas para os territórios, uma vez que precisa equilibrar os interesses e pressões sociais e corporativos, em uma relação político-administrativa



Neste contexto cabe destacar a especulação imobiliária e a cidade como negócio, destacada por Botelho (2007), quando as cidades são organizadas em função do capital, as leis do mercado passam a ditar as regras do ordenamento da configuração socioespacial urbana, com efeitos devastadores para as classes menos favorecidas pois estas são excluídas do acesso aos espaços de convívio coletivo, e a cidade passa a ter bolsões de comunidades e serviços próprios daquela localidade, com atividades exclusivas a determinados públicos.

A configuração do espaço urbano de forma justa e igualitária no capitalismo parece um tanto utópica, uma vez que os interesses econômicos prevalecem aos sociais e ambientais, a individualidade, se sobrepõe ao coletivo, enquanto isso populações tentam organizar-se nos espaços nos quais lhes foram destinados, ou lutam pela igualdade que por vezes é reprimida com violência.

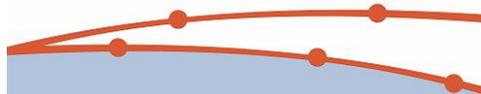
### **3 O ESPAÇO URBANO DE CHAPECÓ (SC)**

A discussão do espaço urbano e a evolução do processo de segregação socioespacial na cidade de Chapecó (SC) está ancorado no conceito que o espaço urbano é um produto social resultante da sua história e os agentes que nela atuam e atuaram. Desta forma, nesta seção descreve-se brevemente o histórico da formação do espaço urbano da cidade, bem como suas transformações quanto a segregação socioespacial.

A cidade de Chapecó está localizada na Região Oeste do estado de Santa Catarina na região Sul do Brasil. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a macrorregião oeste possuía em 2010 uma população de 601.504 habitantes e uma densidade populacional de 53,0 hab./km<sup>2</sup>.

Historicamente, a região Oeste de Santa Catarina teve sua ocupação dividida em três fases, segundo Poli (2014), a primeira fase até meados do século XIX com a ocupação indígena, seguida da segunda fase (1850-1926) quando aconteceu a miscigenação entre indígenas e luso-brasileiros e a terceira fase a partir de 1926, com a colonização por povos de origem alemã e italiana oriundos, principalmente, do Rio Grande do Sul.

Neste contexto, o *locus* de pesquisa deste estudo foi a cidade de Chapecó, considerada sede da macrorregião Oeste com uma população estimada em 2017 de 213.279 habitantes (IBGE, 2017). A cidade classifica-se segundo o IBGE (2017) como média devido ao contingente populacional entre 100 mil até 500 mil habitantes e ao grau de centralidade



regional de produtos e serviços para as cidades no entorno. Quanto ao tipo de cidade média, descrito por Sposito (2006), Chapecó, destaca-se como polo regional cuja área de influência e polarização é contígua e constituído de áreas rurais e pequenas cidades que dela dependem da oferta de bens e serviços.

Inicialmente a cidade era habitada por caboclos e indígenas, sendo estes expropriados de suas terras por migrantes alemães e italianos oriundos principalmente do Rio Grande do Sul (RS), trazidos por companhias colonizadoras. A cidade esteve na rota dos tropeiros paulistas e imigrantes do RS rumo a São Paulo, para comercializar gado e madeira (KONRAD; SILVA, 2012).

A ocupação do território enquanto processo imigratório pela concessão de terras férteis e baratas a imigrantes gaúchos com vistas a assegurar a posse das terras pelo governo do Estado de Santa Catarina, além da possibilidade da extração de madeira. Segundo KONRAD; SILVA (2012), a forma de colonização teve como base a criação de pequenas propriedades, com aproximadamente 25 a 30 hectares, denominadas pelos imigrantes como *colônias* (*colonie*), tendo limitações territoriais com cursos d'água.

Em 25 de agosto de 1917 acontece a emancipação do Município de Chapecó, com uma população rural e uma economia que migrava da atividade madeireira para a agropecuária, especialmente para criação de aves e suínos (PERTILE, 2008). Desse modo, entre 1930 e 1975 surgiram os principais abatedouros da região Oeste, entre eles a Perdigão, o Comércio e Indústria Saulle Pagnoncelli, Indústria e Comércio Chapecó (SAIC); Cooperativa Regional Alfa Ltda (1967), Cooperativa Central Oeste Catarinense (1969), instalação da Sadia Alimentos (1973) e Ceval (Bunge) (1975) (PERTILE, 2008).

Segundo Alba (2002), o sistema político da época era representado pelo coronelismo, perdurando até os anos 1940, a economia era predominantemente rural. A partir de 1940, o município passa por transformações políticas e administrativas significativas, estimulando o processo de urbanização do município (ALBA, 2002). O desenvolvimento das agroindústrias provocou profundas transformações na região, uma vez que propiciou a instalação de outras atividades comerciais.

Em 1950, são abertas as primeiras escolas primárias, secundárias, serviços como agência postal, bancária, investimentos estatais em melhorias nas estradas, dentre outros. Nas décadas de 1970 e 1980 a atividade frigorífica já se encontrava consolidada, e o governo do Estado aumenta o processo de envio dos recursos para a região, assim, entre outros fatores, em 10 anos a população do município teve um aumento de 67,98%, sendo que os



residentes no meio rural passaram de 59% em 1970 para 34% em 1980, uma redução de 25%, enquanto no meio urbano passou de 41,08% para 66% respectivamente, ou seja, as agroindústrias demandavam mão de obra e a população rural migrava para o espaço urbano, visando aos benefícios da renda fixa e atraídos pelas condições de vida urbana (PERTILE, 2008).

Segundo Bedin e Nascimento (2014), a concentração de serviços e a posição geográfica do município em relação aos seus vizinhos, somados a fixação do agroindustrial em Chapecó, fomentou evolução socioespacial urbana de Chapecó. Destaca-se que o setor agroindustrial como força motriz para a atratividade de serviços e pessoas para a cidade, sendo responsável pela dinamicidade da economia local, regional e interestadual conforme representado na Tabela 01 a seguir:

**Tabela 01: Evolução populacional do município de Chapecó (SC)**

Ano	População total	Urbana	%	Rural	%
1960	52.089	10.939	21	41.150	79
1970	49.865	20.275	40,66	29.590	59,34
1980	83.765	55.269	65,98	28.499	34,02
1991	123.050	96.751	78,63	26.299	21,37
2000*	146.967	134.592	91,58	12.375	8,42
2010	183.533	168.131	91,61	15.402	8,39

Fonte: elaborada pela autora, com base em Fujita (2013).

\* A diminuição da população rural no ano de 2000 foi causada pelo aumento do perímetro urbano.

Conforme expresso na Tabela 01, na década de 1980, o município passa a desenvolver-se enquanto centro urbano regional, motivando a migração. A cidade, com crescimento acelerado passou a ter problemas estruturais, uma vez que o êxodo rural trouxe um contingente populacional necessitado de moradia, saúde, educação e emprego, emergindo assim os problemas sociais (FUJITA, 2013).

A partir de 1990 a indústria frigorífica passa a exigir dos produtores padrões de produção, de acordo com as demandas dos contratos internacionais para comercialização dos produtos, o que, por sua vez, gera a necessidade de investimentos e adaptação das propriedades rurais. A população em 1991 era em sua maioria residente no meio urbano, representada por 78,63%; em 2010 este percentual já representava 91,61%, enquanto no mesmo período a população rural passou de 21,37% para 8,39%. O município tornou-se referência urbana, com demandas por serviços por parte do poder público, mas ainda com receita baseada na atividade agrícola. Mesmo com a redução gradual da população rural em Chapecó, destaca-se que de 2000 para 2010 esta população teve um incremento de 3.027



habitantes, contrariando a tendência histórica, havendo a contenção do êxodo rural, creditada em partes pelas políticas públicas direcionadas a agricultura familiar no município.

O decréscimo da população rural no município de Chapecó pode ser constatado nos estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), segundo os quais a população rural passou de 26.299 em 1991, sendo 21,37% do total, para 15.402 em 2010, representando 8,39% dos habitantes residentes nas áreas rurais do município. As consequências deste crescimento acelerado e da migração regional refletem-se no inchaço da área urbana e na necessidade da criação de políticas públicas e ordenamentos territoriais que consigam para a organização espacial, porém no município de Chapecó a regulamentação do espaço urbano foi tardia, somente a partir de 1970, tendo um cenário instalado de segregação socioespacial, conforme descrito na sequência.

#### **4 A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL URBANA NA CIDADE DE CHAPECÓ (SC)**

A leitura a respeito da segregação socioespacial da cidade de Chapecó, possui relação direta com a constituição histórica, conforme Corrêa (2011) sendo o espaço urbano produto do seu tempo e dos agentes que nele atuaram. Na sequência, buscou-se estabelecer relação entre os elementos que caracterizam a segregação e o espaço urbano de Chapecó na atualidade com base em sua temporalidade.

A segregação socioespacial de Chapecó iniciou-se no processo de colonização, uma vez que os indígenas que viviam no espaço urbano da cidade foram expropriados de suas terras e destinados a áreas distantes da centralidade urbana. As companhias colonizadoras e os coronéis desenharam o espaço urbano de forma linear, sendo que estes povos deveriam ficar o mais distante possível desta centralidade, alocados em aldeias no interior do município.

Este processo de colonização voltado ao capital e a exploração dos recursos naturais demonstra a desconsideração as origens, ao povo que já habitava o território antes da colonização. Um povo que possui relações históricas com o município, até mesmo em sua nomenclatura, pois a palavra Chapecó tem origem Kaingang com significado "Donde de avista o caminho da roça".

Os indígenas tiveram o direito ao uso do espaço urbano suprimido em um processo de segregação involuntária\forçada, conforme descrito por Villaça (2000), pelos anseios capitalistas, pela especulação imobiliária, desapropriados dos seus espaços sem considerar o sentimento de pertencimento a este e as consequências, sendo depositados na zona rural



sem o devido suporte para que pudessem retirar seu sustento. Assim, viram-se obrigados a retornar ao espaço urbano por meio da comercialização de artesanato, pedindo doações, abrigados em prédios públicos, perambulando pela cidade, discriminados e até mesmo agredidos, vistos como um “problema social”, negligenciados pela sociedade.

Atualmente, Chapecó possui seis aldeias espalhadas no interior no município sendo: Toldo Pinhal, Toldo Chimbanguê, Condá, Terra Indígena Chapecó, Toldo Imbu e Guarani do Aracaí, tendo ainda que lutar pela guarda e demarcação de suas terras (FUNAI, 2016).

Cabe refletir, quanto a justiça social proposta por Soja (2010) no qual o direito a cidade para todos não foi respeitado, no momento da expropriação dos indígenas e na discriminação destes no espaço urbano. Também sobre o contraste entre a segregação dos indígenas em áreas distantes, tratados como excluídos sociais, sem condições de vida no rural e discriminados no urbano, enquanto em contrapartida explora-se a imagem do índio e sua cultura como produto comercial, estando representados na cidade em monumentos, nomenclatura de espaços públicos, produtos comerciais (mascotes) em forma de indígena.

A produção do espaço urbano em Chapecó teve influência direta dos agentes imobiliários, conforme destacado por Corrêa (2011), estes agem de acordo com seus interesses, mesmo que conflituosos com outros segmentos da sociedade. Percebe-se que o desenho geográfico da cidade foi baseado na centralidade de uma avenida, com vias paralelas de apoio, sendo a posse das terras centrais dominada pelas famílias dos coronéis, que adquiriram as mesmas a preços baixos ou mesmo por concessão do Estado que temia a posse das terras por outros Estados.

Deste modo, destacam-se dois aspectos, o primeiro no caso da população indígena destaca-se a ausência de instrumentos legais e agentes interessados em defender as terras das colonizadoras, assim sendo facilitado o processo de expropriação para regiões distantes do centro. O segundo, o papel dos agentes imobiliários na construção das desigualdades, por meio da comercialização das terras em grande quantidade a classes específicas, a falta de um aparato regulamentador destes processos, bem como o fato das classes dominantes possuírem atuação político-administrativo na gestão no município flexibilizando a aquisição e construção no mesmo.

Estas características demonstram o modelo centro x periferia, adotado no Brasil a partir de 1930, no qual existe a concentração de terras a classes sociais mais favorecidas em áreas centrais enquanto classes menos favorecidas devem ser alocadas distante da centralidade. Nesta época, os planos urbanos tinham como real interesse privilegiar as



classes dominantes, sendo que aos pobres caberiam as áreas desprovidas de infraestrutura, menos valorizadas, com moradias precárias, por vezes irregulares, distantes dos espaços valorizados urbanos (D'ANGELIS, 1995).

Em Chapecó este processo também teve a colaboração da instalação das agroindústrias que fomentaram a ocupação urbana no entorno, e a aglomeração urbana, sendo uma característica da cidade conforme mencionado por Lencione (2008), bem como um processo migratório acelerado, êxodo rural intenso e por consequência a ocupação de áreas de terras, formando loteamentos irregulares sem as mínimas condições de infraestrutura e ordenamento. As regiões próximas as agroindústrias desenvolveram-se rapidamente em função da necessidade de mão de obra, pela localização nas periferias, especialmente vetores noroeste, norte e oeste e como consequência desvalorizando as áreas próximas devido ao odor dos frigoríficos e da falta de estrutura básica como saúde, educação.

. Na década de 1970, com base no II Plano Nacional de Desenvolvimento, segundo Bedin; Nascimento (2014, p.07) “o município aplicou a revitalização de espaços urbanos, baseado nos princípios modernos da circulação, estética e higiene, originando a redefinição do traçado da cidade e a “limpeza” da mesma”.

Pensando neste “embelezamento” e na “limpeza da cidade” surge a Companhia de Desenvolvimento de Chapecó (CODEC), responsável pela retirada das classes pobres das áreas centrais, surge assim bairros como São Pedro, tomados pela violência e ocupação irregular, a Penitenciária Agrícola, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), entre outros (Bedin; Nascimento, 2014). Destaca-se neste contexto, a centralização das classes dominantes, a ideologia de segregar as populações menos favorecidas, de “esconder” os problemas sociais longe das áreas consideradas destinadas as classes dominantes e a organização destas populações segregadas com estruturas próprias de apoio comunitário, projetos sociais e culturais, além do apoio mútuo entre os partícipes.

Na década de 1970, o governo federal passa a fomentar a elaboração de planos diretores municipais e Chapecó aprovada em 1974 o seu primeiro Plano Diretor Urbano. Segundo Bedin; Nascimento (2014) deste derivam diversos “planos de ação como”: POP (Plano Ordinário de Pavimentação), POC (Plano Ordinário de Calçamento) oriundos do PCD (Projeto Chapecoense de Desenvolvimento) que previam a modernização da cidade através do Projeto Cura (Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada), BNH (Banco Nacional da Habitação) que objetivava resolver o problema da falta de moradia e conceder acesso habitacional às camadas de menor poder aquisitivo.



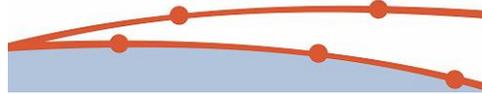
No papel as ações deveriam ser plurais no município foram focadas prioritariamente nas áreas centrais e os bairros do entorno, a exemplo dos bairros Santa Maria; Maria Goretti e São Cristóvão. Esta atuação dos agentes públicos e as políticas públicas habitacionais agravaram a segregação socioespacial, criando padrões de construção e infraestrutura de qualidade no centro e áreas próximas, enquanto em outras áreas estabeleciam-se periferias.

Em 1977, mediante a pressão das agroindústrias o poder público municipal altera amplia em três vezes o perímetro urbano e flexibilizou a abertura de loteamentos sem que o loteador precisasse prever já na fase de comercialização o mínimo de infraestrutura (RECHE, 2008). Neste contexto, houve a valorização da área central, pois nestes espaços havia estrutura e projetos de urbanização, enquanto na periferia a instalação das agroindústrias era atrativa para a população carente em busca de trabalho, gerava crescimento desordenado, com loteamentos clandestinos, sem a estrutura básica de saúde, educação, transporte, além da desvalorização das áreas, pois nestes locais o abate de animais e a industrialização de carnes e derivados nos frigoríficos geravam resíduos que provocam poluição do ar e mau cheiro. Assim surgiu, a segregação nas regiões noroeste, norte e oeste do município, ancorada no esquecimento do poder público e na força de trabalho de uma população que via na cidade de Chapecó, uma nova oportunidade

As agroindústrias interviram com a administração municipal, com interesses econômicos, uma vez que no seu entorno já existiam loteamentos irregulares que somados ao descarte dos resíduos dos frigoríficos no meio ambiente sem tratamento fazem com que a região fosse desvalorizada. Para Reche (2008, p.30) “o poder do capital agroindustrial na construção de um espaço urbano segregado já que os empresários do setor possuíam poder político para pressionar o Estado e favorecer suas empresas”.

Este processo demonstra o que Botelho (2007) explica quanto a organização das cidades em função do capital, quando o mercado passa a agir nas leis de ordenamento visando bem próprio, pois no caso, com o aumento do perímetro urbano da cidade os investimentos públicos em infraestrutura também foram ampliados, assim as agroindústrias teriam a força de trabalho próximo e infraestrutura.

Conforme Reche (2008), as pressões geraram resultados uma vez que os loteamentos a oeste da cidade foram regularizados e a aprovação da construção de outros loteamentos até 1974 não permitidos. Atualmente a região abriga o maior contingente populacional do município, o bairro Efapi com cerca de 26.077 habitantes (IBGE, 2010). Nesse destaca-se a



estrutura de serviços próprios da localidade, atividades exclusivas e voltadas a determinados públicos que ali habitam, segregando a população ao uso daquele espaço.

A crise econômica e a modernização tecnológica, conforme Souza (2005) descrever influencia na constituição do espaço urbano. Em Chapecó na década de 1980, a crise afeta especialmente o setor agroindustrial e por consequência precisou de menos mão de obra, sendo priorizada aquela desqualificada e barata, além da influência da tecnologia no setor que reduziu postos de trabalho, tendo consequências espaciais. O município teve o aumento do desemprego no espaço urbano, somado ao crescente aumento da população urbana culminaram na Lei de Zoneamento de 1980 que segundo Bedin; Nascimento (2014, p. 8) tinha “o intuito de “solucionar” os problemas urbanos que começavam a surgir com o intenso crescimento populacional na cidade”.

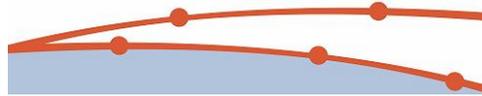
A Lei do Zoneamento acentuou a segregação pois limitou a área central a baixa concentração demográfica, com foco no comércio, sem a possibilidade da instalação de moradias populares na área central, valorizando as áreas centrais e empobrecendo as periferias (BEDIN; NASCIMENTO, 2014). Destaca-se desta forma, como a criação de instrumentos legais de ordenamento do território podem segregar os espaços e as populações, como o capitalismo pode excluir as oportunidades de forma igualitária, estimulando a desigualdade social, além de esquecer completamente dos princípios de justiça social, fazendo com que a divisão entre as classes sociais seja nítida e legitimada legalmente.

A partir dos anos 2000, a configuração do espaço urbano passa por transformações mediante o surgimento de condomínios residenciais fechados afastados das áreas centrais de alto padrão voltados a classes sociais com elevado poder aquisitivo.

A especulação imobiliária tomou conta do município com a valorização de imóveis, abertura de loteamentos nas periferias sem a estrutura completa necessária, aprovados legalmente mediante a atuação dos agentes imobiliários junto a administração pública e a inserção na política.

Destaca-se também a influência das políticas públicas habitacionais com programas como “Minha Casa, Minha Vida”, criado em 2009, com o objetivo de tornar a moradia acessível às famílias organizadas por meio de cooperativas habitacionais, associações e demais entidades privadas sem fins lucrativos.

Os programas habitacionais populares trouxeram para Chapecó uma dinâmica de consolidação das favelas e da segregação social em áreas distantes do centro, a exemplo dos Loteamentos Expoente e Monte Castelo, localizados no bairro Seminário, na região Sul



no município e abrigam 944 famílias que estavam em áreas irregulares e foram realocadas para a região, porém a mesma recebeu este contingente populacional com a mesma estrutura de saúde, educação, transporte e segurança que possuíam anteriormente.

Por consequência, esta região da cidade apresenta desigualdades sociais perceptíveis, sendo que na mesma estão localizadas 04 instituições de ensino superior e técnico; 02 escolas de ensino básicas privadas e 02 públicas, além de 01 condomínio fechado de alto padrão, enquanto os loteamentos populares encontram-se segregados até mesmo da centralidade no bairro, onde encontram-se as estruturas de saúde, educação, assistência social. Estas desigualdades, geram preconceitos entre os agentes que integram os espaços urbanos, o abandono público fez com que índices de criminalidade, trabalho infantil e violência duplicassem na região nos últimos 10 anos.

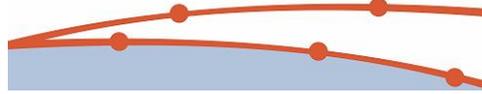
Enfim, este é um dos exemplos no município de Chapecó, porém é possível identificar este cenário em todas as regiões, sendo que as áreas centrais ainda são destinadas as elites, bem como a abertura de condomínios fechados distantes das áreas centrais, levando a estrutura pública a trabalhar para poucos, enquanto muitos aguardam pelos serviços.

A especulação imobiliária domina boa parte dos imóveis, enquanto o centro da cidade acumula vazios urbanos, que servem de pontos de favelização, consumo de drogas e violência, o valor da moradia não apresenta-se acessível a todos, bem como as condições de moradia oriundas dos programas públicos.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao discutir o espaço urbano e a evolução do processo de segregação socioespacial na cidade de Chapecó (SC), destaca-se a concepção de que o espaço é produto da sua história e dos agentes que nela atuaram. Em Chapecó, a segregação socioespacial teve início já na colonização, com a expropriação dos indígenas das áreas centrais para o interior no município.

Na sequência destaca-se a fortemente a presença da atuação do capital na formação do espaço urbano, seja na migração da população rural para o urbano atraída pelas oportunidades de trabalho, a concentração populacional no entorno das agroindústrias e a atuação destas nas esferas econômicas e políticas para ampliação do perímetro urbano e o investimento público nas regiões em que estão localizadas.



O Estado tem papel fundamental como agente de regulação visando reduzir o comportamento oportunista e a especulação imobiliária, assim planejar ações que visem a construção de uma sociedade e vida urbana igualitária a todos, que potencializem a justiça social, visando a redução da desigualdade socioespacial. O modelo centro x periferia aplica-se a cidade de Chapecó, sendo seu espaço urbano segregado, legitimado pelo poder legislativo, da influência do capital e dos promotores imobiliários.

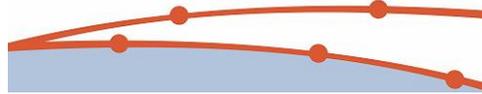
A ocupação do espaço urbano em Chapecó foi regulamentada após o tecido urbano já estar instalado, por meio de loteamentos clandestinos, que precisaram de legalização para receber a infraestrutura. Esta influência do capital e dos agentes imobiliário, causaram consequências para o espaço muitas vezes irreversíveis, como a separação espacial das classes sociais, na qual as minorias possuem espaços pré determinados para localizar-se, sendo estes distantes dos centros e sem acesso à cultura, lazer, saúde, infraestrutura de maneira igualitária, formando-se assim áreas exclusivas para algumas classes; a especulação imobiliária que estabelece preços para o acesso à terra urbana e à moradia por meio da intervenção do mercado imobiliário, distanciando os territórios da promoção da justiça social.

A divisão das classes sociais é perceptível no território chapecoense, onde as elites dominam as áreas centrais ou proximidades, com acesso facilitado a infraestrutura e a partir dos anos 2000, localidades afastadas da centralidade, porém organizadas em condomínios fechados, pressionado o deslocamento de serviços públicos para estas regiões, assim o investimento público é direcionado a poucos e detrimento a outros que poderiam impactar na vida de muitos.

A segregação socioespacial no município de Chapecó é consequência da história, da colonização e da atuação do capital sobre a ocupação e estruturação do espaço urbano. A desigualdade social pode ser percebida não somente na relação centro x periferia, mas também na organização de alguns bairros com cenários distintos em extensões territoriais pequenas.

A análise do espaço urbano e da evolução do processo de segregação socioespacial na cidade de Chapecó demonstra que a implementação de políticas públicas habitacionais sem contextualização com o território, pode acarretar problemas de ordem pública, como falta estrutura para alocar a população.

O planejamento urbano de um território precisa considerar que praticar a justiça social não precede somente dar uma moradia, mas sim, respeitar a história daquele povo, cultura e os relacionamentos constituídos entre as partes. Destaca-se não planejar o urbano ou o



desenvolvimento regional de uma região não é algo padrão, pois cada território possui particularidades que devem ser respeitadas, com vistas a melhoria da situação das populações que constroem as regiões, por meio da sua força de trabalho, cultura e meios de vida.

## 6 REFERENCIAS

ALBA, Rosa Salete. **Espaço urbano**: os agentes da produção em Chapecó. Chapecó: Argos, 2002.

Alvarez, Isabel Pinto. Produção do espaço em tempos de crise. In. **Ana Fani A. Carlos et al. (org.) Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Ed. Contexto, SP. 2017. p.63-78.

BRASIL. **DECRETO-LEI Nº 311, DE 2 DE MARÇO DE 1938**. Brasília. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-311-2-marco-1938-351501-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 17 de set. 2017.

BEDIN, Mayling Vassoler; NASCIMENTO, Ederson. CHAPECÓ (SC): EXPANSÃO URBANA E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL. **Anais do SEPE-Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS**, v. 2, n. 1, 2014.

BOTELHO, Adriano. A cidade como negócio: produção do espaço e acumulação de capital no município de São Paulo. In. **Cadernos Metrópole**. Nº 18, 2º semestre, 2007. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/download/8727/6474>. Acesso em 04. set.2017.

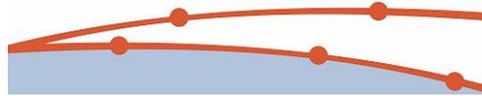
CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Características da população e dos domicílios: resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em 04 set. 2017.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. 2. Ed. São Paulo: Paz e terra, 2000.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: **Carlos, A.F. (Org) A produção do espaço urbano**. São Paulo: Ed. Contexto, 2011. p. 41-51.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. **Para Uma História dos Índios do Oeste Catarinense**. In: **Para Uma História do Oeste catarinense: 10 anos de CEOM**. Chapecó: UNOESC, 1995, p. 141-219.

FACCO, Janete; LEMES, Loivo A.; PIOVEZANA, Leonel. O índio, a aldeia e o urbano na formação socioespacial de Chapecó (SC). In: **Revista Cadernos do Ceom, ano 21, nº 29, 2008**. p.183-205. Disponível em: <http://apps.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/334>. Acesso: 04 de out. de 2017.



FUGITA, C. Chapecó: estrutura e dinâmica de uma cidade média no oeste catarinense. **Geo UERJ**, ano 15, v. 1, n. 24, p. 312-338, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj>>. Acesso em: 10 set. 2017.

**FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI**. Brasil: Brasília, 2016.

FURINI, Luciano Antonio. Os agentes urbanos: conceito e características principais. *Revista Geografia e Pesquisa, Ourinhos*, V.8, n.1.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização – do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

KONRAD, J.; SILVA, C. A. Agricultura familiar no Oeste Catarinense: da colônia à integração. In. ENCONTRO DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21, 2012, Uberlândia. **Anais eletrônicos...** 2012. Disponível em: <[www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais\\_enga\\_2012/eixos/1153\\_1.pdf](http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1153_1.pdf)>. Acesso em: 17 set. 2017.

LENCIONE, Sandra. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, n. 24, p. 109-123, 2008. Disponível em [http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp24/Artigo\\_Sandra.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp24/Artigo_Sandra.pdf). Acesso 15 de set. 2017.

PERTILE, N. **Formação do Espaço Agroindustrial em Santa Catarina: o processo de produção de carnes no Oeste Catarinense**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: . Acesso em: 10 set. 2014.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 19, n. 23, p. 149-188, 2014.

RECHE, Daniella. **Leis e planos urbanos na produção da cidade: o caso de Chapecó, SC**. 2008. 167f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização – do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

Singer, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: **Ermínia Maricato (org.) A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Ed. AlfaOmega, 1982.

Souza, Marcelo Lopes. **O ABC do Desenvolvimento Urbano**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SOJA, Edward W. **Seeking spatial justice**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010.



SPOSITO, Maria E. B. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: **SPOSITO, Maria E. B. (Org.). Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural.** São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2006.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, Lincoln Institute, 2000.